

# Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara

Matheus Henrique Pereira da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

## Resumo

O presente artigo aborda os efeitos da introdução do gado vacum e cavalar ao longo das paisagens dos campos na Ilha de Marajó a partir das relações ecológicas envolvendo o extermínio de milhares de jacarés e a proliferação de uma doença que afetou o rebanho de cavalos ao longo do tempo. Dessa forma, a ideia foi contar três histórias mais que humanas de simplificações ecológicas e de proliferações ferais relacionadas ao gado que constituem perturbações nas paisagens locais: 1<sup>a</sup>) a introdução, a formação e o asselvajamento do gado vacum e cavalar na ilha; 2<sup>a</sup>) a proliferação feral de uma doença que dizimou o rebanho cavalar; e 3<sup>a</sup>) o extermínio de milhares de jacarés-açus com o intuito de promover o desenvolvimento da indústria pastoril marajoara. Por fim, conclui-se que a criação do gado como animal do *Antropoceno* está relacionada a alterações ecológicas multiespecíficas dentro do projeto de colonização e de habitação da Amazônia marajoara que foge ao controle e ao domínio humano sobre a natureza.

**Palavras-chave:** Proliferações Ferais. Simplificações Ecológicas. Paisagens Multiespécies. Ilha de Marajó. Amazônia.

## Landscapes, Histories and More-Than-Human Ecologies of Cattle Along Fields in the Marajoara Amazon

## Abstract

This article addresses the effects of the introduction of cattle and horses along the landscapes of the fields on Marajó Island from the ecological relationships involving the extermination of thousands of alligators and the proliferation of a disease that affected the horse herd over time. Thus, the idea would be to tell three more-than-human stories of ecological simplifications and feral proliferations related to cattle that constitute disturbances in local landscapes: 1st) the introduction, formation and asselvajamento of cattle and horses on the island; 2nd) the feral proliferation of a disease that decimated the horse herd; and 3rd) the extermination of thousands of alligators aiming at the development of the Marajoara pastoral industry. Finally, it is concluded that cattle as an animal of the Anthropocene are involved in multispecies ecological changes within the project of colonization and habitation of the Marajoara Amazon that escape human control and dominion over nature.

**Keywords:** Modular Simplifications. Feral Proliferations. Multispecies Landscapes. Marajo Island. Amazon.

Recebido em: 1º/05/2023

Aceito em: 21/06/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Perturbações Multiescalares na Amazônia Marajoara<sup>1</sup>

Este trabalho considera os efeitos do envolvimento humano com o gado no contexto colonial e de expansão capitalista na Amazônia, com foco no emaranhado ecológico e multiespecífico relacionado à introdução do gado *vacum* e cavalariço, que configuraram as paisagens na Ilha de Marajó (PA-BR) ao longo do tempo. Ao fundamentar a análise nas multiespécies ligadas ao gado, é possível explorar as relações entre ecologia, capital e as histórias humanas e mais que humanas por meio das quais as paisagens são feitas e refeitas (KIRKSEY; HELMREICH, 2010; MOORE, 2015; TSING, 2015).

É preciso situar a história da introdução do gado no contexto do Antropoceno, de circulação de fluxos globais e de movimento de espécies envolvendo projetos humanos com consequências em diversas escalas e temporalidades (BOIVIN, 2017). Grosso modo, a noção de Antropoceno<sup>2</sup> remeteria a uma nova época geológica na qual os humanos existiriam como força geológica produzindo severos efeitos biofísicos como *espécie* na história do planeta (CHAKRABARTY, 2009), nesse caso emaranhados à translocação e à dispersão de espécies com efeitos em diversas escalas ao longo de paisagens e continentes. O planejamento colonial e capitalista em torno do gado participa da emergência dessa época, sendo possível considerá-lo como um animal do Antropoceno<sup>3</sup> (FICEK, 2019), envolvido em relações ecológicas perturbadas e preocupantes que, por vezes, fogem ao controle humano pretendido.

Nesse caso, o gado nas Américas oferece um modelo para analisar as paisagens (FICEK, 2019) com atenção especial ao que a antropóloga Anna Tsing (2015) tem chamado de “simplificações modulares” e de “proliferações ferais” que seriam efeitos das relações ecológicas promovidas pela introdução dessas espécies. As simplificações consistiriam na eliminação de algumas espécies em detrimento de outras privilegiadas em projetos humanos; já as proliferações estão relacionadas à multiplicação de espécies

---

<sup>1</sup> Este trabalho teve uma versão preliminar apresentada no grupo de pesquisa HUMANIMALIA (PPGAS-UFSCar), coordenado pelo professor Dr. Felipe Vander Velden, e algumas ideias também estiveram contidas em forma de comunicação oral sob o título de “Paisagens multiespécies na Amazônia marajoara”, aprovado no grupo de trabalho da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, GT12: Antropologia das Relações Humano-Animal, sob coordenação de Andréa Osório (UFF) e Flávio Silveira (UFPA). Agradeço a todas as contribuições provindas dos respectivos debates e aos pareceristas anônimos pelos comentários valiosos.

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto segue o apontamento de Van Dooren, Kirksey e Munster (2016, p. 41): “Há muitos nomes para a nossa atual condição – Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno, Cena-de-supremacia-branca, a lista continua –, mas seja lá como for chamada, o que parece exigir são práticas minuciosas de atentividade para as formas complexas que nós, todos nós, nos tornamos numa relação consequente com os outros”.

<sup>3</sup> Rosa Ficek (2019) aponta por meio da moderna indústria da carne como a criação de gado está relacionada a desastres ambientais, desde o desmatamento de grandes extensões de floresta tropical até a emissão em larga escala de metano e outros gases de efeito estufa, além de conflitos fundiários, em especial na América Latina.

e microrganismos de forma não controlada com efeitos imprevisíveis. Aqui é preciso notar que ambas as relações estão implicadas (não necessariamente como oposições) e são perturbações que constituem paisagens (TSING, 2019).

A ideia foi contar três histórias multiespecíficas (*multispecific storytelling*), de modo que não pretendo reconstruir a evolução cronológica e linear do pastoreio para a pecuária moderna, mas observar nos relatos do material histórico e antropológico os emaranhamentos mais que humanos ligados à criação de gado na Ilha de Marajó e suas perturbações na paisagem ao longo do tempo. Desse modo, a primeira história trata da introdução e da dispersão do gado *vacum* e cavalar na ilha no século XVII, considerando a criação extensiva pelos altos e baixos campos alagáveis da região. O gado passou a se proliferar e se asselvajar pelos campos fugindo ao controle humano e passou a ser conhecido como “gado do vento” quando buscavam o seu abate fomentado pelo comércio de couros e peles, além de estarem envolvidos em contendas sociopolíticas entre governo colonial, colonos e grupos religiosos.

A segunda história se passa ao longo do século XIX, quando emerge uma peste em cavalos ocasionando a morte de diversos equinos e transformando a atmosfera local. Discute-se a trajetória de uma doença que proliferou e afetou o gado cavalar em toda a ilha, ameaçando criações e gerando uma série de políticas e práticas que tinham o propósito de contê-la. Trata-se, então, das motivações culturais e políticas e dos meios técnicos que tornaram o abate do rebanho cavalar da Ilha e as diferentes teorias sobre a doença que constituíam o cotidiano dos criadores, visto que esse rebanho se multiplicava em larga escala.

A terceira história trata da caça e vaquejada do jacaré-açu que tinha por objetivo a eliminação desses animais que causavam “prejuízos” para a criação de gado *vacum* e cavalar segundo os fazendeiros, quando estes contratavam *arpoadores* para tal tarefa (vaqueiros e moradores locais). As práticas de lançar arpão também eram registradas na pesca de pirarucu na Ilha, nesse caso, na vaquejada dos jacarés, o arpão era lançado de cima das canoas ou das margens das lagoas, subsidiando ainda o comércio de couro ativo que perduraria intensamente até o período da Segunda Guerra Mundial no século XX. Desse modo, as vaquejadas eram realizadas à *moda indígena* no período das cheias e evidenciavam conflitos e extermínio de uma espécie selvagem diante um projeto domesticatório das paisagens por meio da criação de gado nas fazendas.

Por fim, o trabalho entrelaça essas histórias por meio da discussão em torno da noção de paisagens multiespécies como uma ferramenta analítica para descrever tais relações dentro de uma dinâmica histórica e ecológica local. Nesse caso, é essencial articular a trajetória do gado às simplificações ecológicas e às proliferações ferais que possibilitaram a sua (ina)habitabilidade junto a um emaranhado de formas de vida e mortes para algumas espécies ao longo do tempo. Para adentrar tais temporalidades, foi necessário adentrar suas histórias de perturbações ecológicas (TSING, 2015), um modo de fazer da paisagem uma protagonista mais que humana.

## 2 “Fazendo touros à espingarda”

A história da cultura da criação animal marajoara se insere na história da pecuária no Brasil, que, de modo geral, teve sua ocupação territorial, transformações socioambientais e econômicas profundamente ligadas à criação de gado (ABREU, 2009; FURTADO, 2020; MEDRADO, 2012): das sociedades do couro sertanejas, a expansão das fronteiras no eixo Centro-Oeste e as charqueadas no Rio Grande do Sul até a bubalinocultura marajoara. A ilha do Marajó ou ilha Grande de Joanes teve papel histórico efetivo nos processos de colonização da Amazônia portuguesa devido a sua posição geográfica que era considerada estratégica para garantir a segurança e o abastecimento das terras localizadas na fronteira norte, além de contribuir direta e indiretamente na expansão da fronteira com os limites espanhóis (DIAS, 2016). Da mesma forma, teve papel destacado no fornecimento de gêneros e de gado para abastecer com a *carne verde*<sup>4</sup> as áreas vizinhas, sobretudo, Belém, a capital do Estado.

A Ilha de Marajó historicamente foi caracterizada de modo geral em duas regiões geopolíticas<sup>5</sup> relacionadas aos modos de produção socioeconômicos e relações coloniais (PACHECO, 2009); a parte ocidental nomeada “Marajó das Florestas” foi fundada por jesuítas no período colonial quando era explorado o cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, além da exploração de seringais (*Hevea brasiliense*) no período que mais tarde seria conhecido pelo *boom* da borracha na Amazônia, o que impulsionou transformações socioambientais na Ilha. A parte que compõe o “Marajó dos Campos” também foi palco de concessão de terras junto à Coroa portuguesa para construir grandes fazendas e consolidar a atividade criatória, além do cultivo de mandioca, arroz e outros gêneros (PACHECO, 2009).

No Brasil, os primeiros bovinos e equinos introduzidos foram originários das ilhas da Madeira e de Cabo Verde (ABREU, 2009; FURTADO, 2020). No Pará, a introdução do gado *vacum* e cavalari ocorreu no final da primeira metade do século XVII, sendo reproduzido nos quintais das casas suburbanas e em suas proximidades (BARATA, 1973), depois alguns animais foram levados para aquele arquipélago, por missionários e alguns proprietários de terras. A primeira fazenda no Marajó foi fundada em 1680 por Francisco Rodrigues Pereira, ele e a ordem dos frades mercedários foram grandes investidores da criação bovina e cavalari (BARATA, 1973; MIRANDA NETO, 1976). O governador julgava serem vantajosas tais atividades econômicas, ordenando que fossem encaminhadas para Ilha gente e animais para que pudesse ser povoada de fazendas de criar animais, sobretudo próximas ao Rio Arary<sup>6</sup>. Nas fazendas, os sistemas de criação de gado em pasto remetiam ao regime predominante de criação extensiva, sem cercas de divisão, com pastagens nativas, localizadas essencialmente em áreas alagadiças (BARROSO, 1954;

<sup>4</sup> Carne verde é o termo encontrado historicamente nas fontes da época para se referir à carne de animais abatidos na véspera do consumo, sem qualquer conservação.

<sup>5</sup> Devido à simplificação que tais termos podem implicar na análise, sigo o termo Amazônia marajoara (PACHECO, 2009) para me referir ao sistema socioambiental complexo regional que engloba praias, mangues, rios, etc., no qual situo a análise da dinâmica das paisagens.

<sup>6</sup> Nesse contexto e ao longo da Amazônia de modo geral, a rede de rios historicamente tem funcionado como um dos principais corredores de movimento e dispersão de espécies (BOIVIN, 2018), comércio e expansão militar e política (HARRIS, 2000) – a própria fixação territorial para a atividade criatória da ilha nos séculos anteriores.

LISBOA, 2012; LE COINTE, 1945; MIRANDA, 1894; 1906; 1907; MIRANDA NETO, 1976; NUNES PEREIRA, 1956).

O gado do Marajó era fundamental para abastecer os açougues e garantir a subsistência de moradores de outras vilas, a exemplo do açougue na vila de Macapá em que os moradores solicitaram o abastecimento devido à multiplicação do gado, que deveria ser o principal fundo econômico local (DIAS, 2016). Em nível regional, moradores das vilas de Portel e Melgaço alimentavam esse mercado devido à grande dificuldade que os lavradores tinham para se beneficiarem dos gêneros que colhiam por não disporem de moinho e outros equipamentos. A criação de gado era vista como uma alternativa para abastecer as necessidades locais (DIAS, 2016).

Um ponto importante foi o papel das irmandades religiosas da Companhia de Jesus, esta que viria dominar a atividade pastoril nos campos marajoaras em meados do século XVIII (SOARES, 2002). As propriedades dos missionários revelavam um numeroso rebanho existente, além de várias outras atividades econômicas, como a cultura do tabaco e da cana-de-açúcar, além da caça, da pesca e do cacau. É importante ressaltar que a atividade criatória teve alguns conflitos de interesses com os habitantes que praticavam a lavoura, e, em 1702, o governo determinou aos moradores do Pará que mudassem das roças o seu gado *vacum* e cavalar (BAENA, 1969).

As ordenações religiosas estiveram envolvidas na consolidação das fazendas de criação de gado, bem como na incorporação de povos indígenas como mão de obra, que recebiam salários, embora frequentemente acusassem as irmandades de escravização. Grupos indígenas exerciam diversos ofícios, seja na atividade criatória ou na lavoura, os quais efetivamente trabalharam no transporte do gado por meio do manuseio das canoas e do conhecimento das paisagens no período de inundações. O transporte do gado ocorria com o propósito de abastecer os açougues com a carne verde de Belém (NUNES PEREIRA, 1956). Entre os povos indígenas capturados nos descimentos e nas missões, estavam os Neêngaiba e os Aruã ou Aruã<sup>7</sup> – os povos indígenas habitantes do arquipélago até o período colonial – que foram paulatinamente incorporados como vaqueiros assalariados nas fazendas emergentes (NUNES PEREIRA, 1956; SALLES, 1988; SOARES, 2002).

Após a visita dos inspetores gerais da colônia, determinou-se a fiscalização e a cobrança de impostos das fazendas religiosas, visto que se constatou o numeroso rebanho *vacum* e cavalar disperso pelos campos, que vagavam, aparentemente sem dono, sendo chamados por bispos da época de “gado do vento” ou “bravo”, aqueles que transitavam livremente pelos campos e fazendas e fugiam ao controle humano (DIAS, 2016; MIRANDA NETO, 1976). Segundo o Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1799, p. 4-5):

Chama-se, pois, Gado do vento o que sem dono, ou pastor anda vagando de uma para outra parte, como folha arrebatada ao vento, mudando-se como o mesmo vento se muda, seguindo unicamente o instinto, que o Autor da Natureza lhe imprimio.

<sup>7</sup> Os Aruã habitavam a Ilha de Joanes (Marajó), o Cabo Norte (Amapá) e arredores até o século XVII. Após o período concernente à Cabanagem não se verificam mais registros deste grupo indígena na região (NUNES PEREIRA, 1956; SOARES, 2002).

Com isso, foi determinada a ferra do gado vacum e cavalari solto, além de se buscarem outras soluções para o problema do roubo de gado para a extração e o comércio de couro (NUNES PEREIRA, 1956). A carne era extraída dos animais, cozida e posta para secar em pacotes.

Nesse período, diversos caçadores, moradores locais, fazendeiros, abatiam o gado bravo, aqueles que estavam afastados do convívio humano e que não se sujeitavam aos currais das fazendas com as pessoas. Tal argumento era utilizado por fazendeiros para *vaquejar gado bravo e fazer touros a espingarda*, segundo autoridades da época (DIAS, 2016). Os grandes pecuaristas do Marajó estavam interessados na regularização do “gado do vento”, que transitava entre as suas propriedades e se misturava ao gado ferrado, o gado marcado que indicava sua pertença a um dono particular e a uma família residente em uma região específica. Apesar do interesse movido pelos fazendeiros, eles participavam na captura e no abate para a extração do couro do gado bravo, além dos próprios vaqueiros e escravos a mando de fazendeiros e alguns moradores. Outro ponto é que as ordens religiosas, principalmente os mercedários, também participavam ativamente no comércio ilegal de couros e faziam touros a espingarda levantando elevada renda da atividade, o que mereceu atenção das autoridades do Estado que tentavam de todas as formas acabar com essa prática no interior do arquipélago (DIAS, 2016).

Segundo o relatório do inspetor geral, o rebanho do Marajó chegava perto de 400.000 cabeças de gado (BARATA, 1973), embora outros agentes do governo se refiram ao “rebanho infinito das fazendas” (DIAS, 2016, p. 328). Esse rebanho estava distribuído, principalmente, entre as ordens missionárias que tinham a posse de diversas fazendas no arquipélago. O relatório apontou também que os missionários não repassavam os dízimos do gado, deixando a fazenda régia (central) com grande prejuízo.

Em resposta aos interesses dos religiosos, ficou estabelecido que, para o abate dos touros ferozes fora dos pastos, o responsável deveria adquirir uma licença – estes compunham uma esfera de domesticidade ligada às fazendas – e aqueles que não pudessem voltar aos ditos currais poderiam ser abatidos com a obrigação de dar à fazenda real a terça parte dos couros. O governador destacou o interesse dos religiosos do Carmo em aceitar a proposta, enquanto os mercedários aceitaram pagar os dízimos “[...] com a diferença de fazerem um protesto para salvarem o direito da causa, que trazem a respeito dos dízimos” (DIAS, 2016, p. 315). Os jesuítas, inicialmente, não aceitaram pagar os dízimos, se negando a aceitar os termos propostos, o que mais tarde culminaria com suas expulsões a partir do Diretório dos Índios.

O gado movimentou a própria ocupação do território marajoara, seja pela floresta ou campos, atualizando a distinção entre animais da mata/campos (bravos) e animais de fazenda/currais (mansos). A vaquejada de gado bravo era uma atividade masculina que colocava os homens no domínio do mato, da floresta, quando se faziam touros a espingardas, o que colocava o gado em meio a contendas sociopolíticas com diversos grupos da época e que permeavam o cotidiano dos moradores e criadores de gado (des) ordenando o universo sociocultural ao longo dos campos.

### 3 O Mal das Cadeiras e o Envenenamento do ar

Na metade do século XIX, a população cavalar da Ilha que chegava a quase um milhão de cabeças (FERREIRA PENNA, 1973) sofreu com o aparecimento de uma doença infecciosa conhecida como mal de cadeiras ou surra (HEVIA, 2018) que debilitava os quadris dos animais impossibilitando-os de permanecerem em pé, além do aparecimento de lesões cutâneas e do ventre inchado. Os animais morriam poucos dias após o aparecimento dos sintomas.

Ao longo do tempo, a doença foi registrada em diversos animais, como bois, cavalos, cachorros, morcegos, capivaras, insetos hematófagos e, em diferentes países da América do Sul, como na Argentina, Colômbia, Paraguai, Panamá, Venezuela e Peru, e nos estados do Brasil. O mal de cadeiras também está ligado a países de clima tropical, o que inclui parte dos continentes africanos e asiático onde havia o desenvolvimento da medicina colonial.

A doença afetou na Ilha de Marajó, em especial as populações de cavalos e capivaras, estas últimas figuraram por um período como “vilãs” na transmissão da epizootia, o que levou ao seu extermínio massivo na época, também relacionada à caça intensa em torno do comércio de peles.

Segundo o naturalista e viajante Ferreira Penna (1818-1888) em seu trabalho Ilha de Marajó (FERREIRA PENNA, 1973), a doença teria aparecido pela primeira vez em 1828, constituindo uma “epidemia” até aproximadamente 1836, quando quase todo o gado cavalar da região foi exterminado. Um dos primeiros relatos sobre o mal de cadeiras no Brasil teria sido publicado em uma lei da assembleia legislativa da província do Pará em 1839 oferecendo um prêmio de “quatro contos de réis” para alguém que a eliminasse.

Uma das principais causas associadas pelos fazendeiros e autoridades ao surgimento da doença na época seria o “estado corrupto da atmosfera” (FERREIRA PENNA, 1973) gerado pelo mau cheiro da decomposição dos corpos de éguas abatidas. Havia de modo geral dois motivos do ponto de vista de fazendeiros e criadores da época, por vezes ligados, para a matança realizada: primeiro, devido ao crescimento do numeroso rebanho, os equinos mansos tornavam-se bravios pelos campos, devorando as pastagens que não mais cresciam o suficiente para a alimentação dos bovinos, fazendo com que as autoridades locais, junto aos fazendeiros e vaqueiros, realizassem o abate com armas de fogo, deixando milhares de corpos espalhados pelos campos. A segunda motivação seria a indústria de couros e crinas em torno das éguas, o que atraiu especuladores e comerciantes de diversos países. Ferreira Penna (1973, p. 74-75) mencionou que um agente inglês “industrioso” solicitou ao Presidente da Província licença para comprar e aniquilar 5.000 éguas na Ilha devido ao grande lucro gerado, “[...] a fim de ser aproveitado na indústria das peles e crinas”.

Em decorrência desse ponto, o estudioso e político Barão de Marajó (1832-1906) chegava às mesmas conclusões que o cientista e alguns fazendeiros acerca do abate de éguas, a corrupção da atmosfera e a doença (MARAJO, 1895, p. 309):

[o] resultado d’esta enorme matanca, que subiu a muitas dezenas de milhares, foi que abandonados os corpos a simples accao do sol, ficou por tal maneira corrompida a athmosphera, que se tomou impossivel a aproximação d’aquellas localidades.

Tal teoria estava relacionada a ocorrências de miasmas (CORBIN, 1987), à percepção da época sobre as doenças causadas, seja pela ingestão de água ou alimentos contaminados, ou mesmo à indeterminação dos ares pútridos ou irrespiráveis.

Nesse primeiro momento, as teorias ligadas aos miasmas e ao abate de éguas estavam correlacionadas à indústria de couro e crinas, e as capivaras ainda não figuravam como a principal vilã responsável pela disseminação. A doença era percebida provinda dos próprios cavalos vindos de colônias europeias e contaminados com a doença. Em solo amazônico, apenas encontravam as condições propícias para a disseminação.

Final do século XIX, a partir do desenvolvimento de teorias microbiológicas e bacterianas relacionadas a causas de doenças expressas nos trabalhos de Robert Koch e Louis Pasteur, notáveis cientistas brasileiros desenvolveram estudos acerca do mal de cadeiras consolidando uma matriz ecológica e epidemiológica da doença ao estabelecer continuidades e descontinuidades em relação às teorias miasmáticas.

Nesse contexto, o cientista e médico João Batista de Lacerda (1846-1915) desempenhou um papel importante na microbiologia nacional. Por meio de dados e informações coletados por arqueólogos na Ilha de Marajó, fez sua pesquisa no Laboratório de Fisiologia Experimental, anexo ao Museu Nacional no Rio de Janeiro, constatando o agente etiológico responsável pela morte dos equinos. O cientista observou em seus experimentos com animais que a água do lago Arari apresentava um micrófito sob forma de filamentos longos, cilíndricos e ondulados, às vezes soltos, outras vezes reunidos em feixes, “[...] pertencente provavelmente ao grande grupo dos Ascomycetes” (LACERDA, 1885, p. 72), além de apresentarem grandes analogias com os organismos observados na medula de cavalos infectados. Outro ponto observado por Lacerda foram as grandiosas populações afetadas de capivaras e porcos bravios que predominavam na Ilha.

Lacerda (1885, p. 72) discordava dos modos de contágio e disseminação por meio das carcaças como vinha sendo abordado por fazendeiros e criadores ao ressaltar que a doença somente seria propagada por cadáveres que continham o agente etiológico ou “agente morbígeno” produtor da moléstia, de modo que a queima de animais mortos e dos campos poderia não ser eficaz para conter o contágio. O cientista tropicalista Adolfo Lutz (1879-1940), pioneiro no campo da epidemiologia e doenças infecciosas no Brasil, deu continuidade aos estudos acerca do mal de cadeiras e realizou um estudo de campo na Ilha. Por meio de exames clínicos detalhados, esse cientista identificou o tripanosoma causador da doença, além de chegar à conclusão de que as capivaras seriam o reservatório da doença, sendo atacadas por insetos hematófagos (mutucas) transmissoras da moléstia.

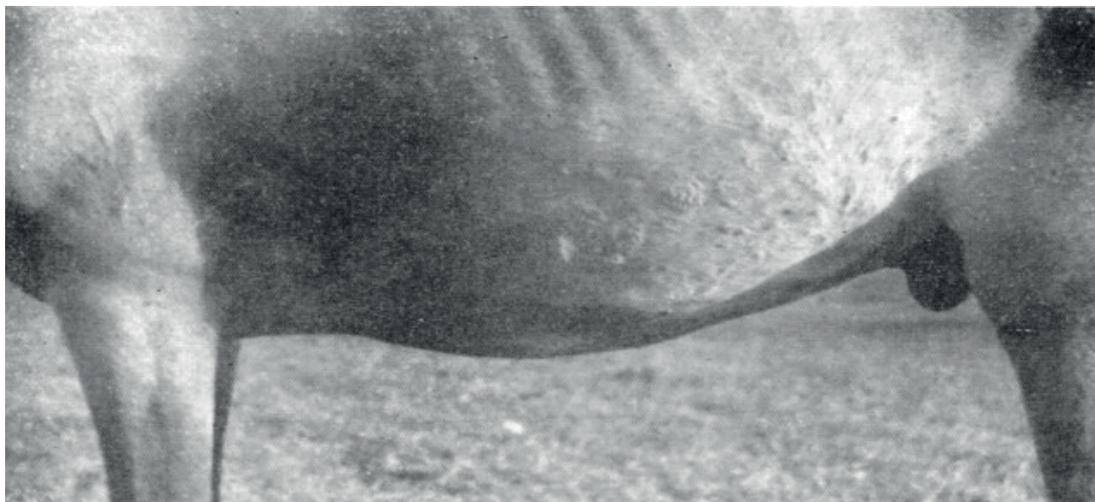
Em seu trabalho *Estudos e observações sobre o quebrabunda ou peste de cadeiras*, Lutz (2007) considerava que não havia risco de transmissão do protozoário após a morte do animal e antes do estabelecimento de uma putrefação considerável de seus corpos, o que apontava para uma diferença com relação às considerações de Lacerda. Por fim, o extermínio das espécies, em especial capivaras, deveria ser a principal medida de contenção da doença, razão pela qual os criadores não deveriam se preocupar com a aplicação de medidas terapêuticas diante de tais circunstâncias imprevistas que atingiam seus animais.

Geth Jansen (1941), pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, realizou experiências de profilaxias experimentais de doenças infecciosas e deu sequência aos estudos sobre o mal de cadeiras de Batista Lacerda e de Lutz. O autor destacou as principais relações ecológicas

envolvendo a disseminação dos patógenos, a importância dos insetos hematófagos (como mencionado por Lutz) e sua relação com o período das chuvas. Esses novos elementos alteravam a percepção em torno das formas de contágio da doença ao apresentarem um ciclo epizootico que ocorreria não devido às capivaras, como se pensava, mas que os surtos coincidiam com a época após as chuvas, ocasião em que surgia o aumento de mutucas. Os cavalos poderiam atravessar o ano com tripanosomas no sangue e em estado de saúde aparente, constituindo, assim, depositários do mal de cadeiras. Quanto ao extermínio da capivara, em consequência do seu aproveitamento econômico, Jansen acrescentava que não modificava o caráter endêmico da doença na Ilha de Marajó.

De modo geral, práticas, técnicas e teorias de criadores e de cientistas *não se afastaram de metáforas militares* de guerra contra a peste (KECK; KELLY; LYNTERIS, 2019), enfatizando a narrativa do surto, quando apresentaram profilaxias e estratégias de extermínios de espécies transmissoras de patógenos, o que foi posto em prática para proteger a criação de cavalos das doenças transmitidas por vetores, ao passo que realizavam um enquadramento de animais específicos como inimigos (KECK, 2020), propagadores da peste, mesmo quando a culpa do animal em questão carecia de evidências científicas conclusivas, como apontaram alguns estudos, para a origem da doença infecciosa em uma entidade invisível ou microbiológica desconhecida para os moradores e criadores locais. Como não era possível agir sobre os próprios microrganismos e patógenos – pelo menos até que os princípios da vacinação fossem estabelecidos e aplicados –, a possibilidade de erradicar uma doença ou de controlá-la era buscada pela matança dos animais portadores, transmissores ou infecciosos.

Figura 1 – Cavalo com mal de cadeiras, lesões e edemas no ventre



Fonte: Jansen (1941)

Figura 2 – Animal com dificuldade em permanecer em pé



Fonte: Jansen (1941)

#### 4 “El-Dorado phenomenal de jacarés”

Historicamente, ao longo dos campos marajoaras, os jacarés foram descritos por sua presença abundante em toda a Ilha, sobretudo nas regiões de grandes lagos, como o Arari, onde também estavam instaladas grandes fazendas de criação de gado como apresentado anteriormente. A principal espécie mencionada seria o jacaré-açu de calda comprida, larga e chata, que atinge cerca de 4 a 5 metros de comprimento e se destacou na paisagem sendo um predador do topo de cadeia alimentar. Le Cointe (1946, p. 146) descreve o comportamento animal mediante as interações com humanos pelos lagos no final do século XIX:

Na agua, está á vontade e nada com grande rapidez. Não assaltará uma embarcação, mas não deixará de aboccar a perna de quem esbarra nelle quando está meio enterrado no lodo, ou o braço que o pescador adormecido deixa pender fóra da montaria.

Os animais ficavam escondidos ou às margens dos rios ao sol e observavam “[...] creanças ou as mulheres descuidadas que estão tomando banho no pequeno porto de suãs casas” (LE COINTE, 1946, p. 146).

No final do século XIX, o naturalista Emilio Goeldi chegou a classificar o local como “reino dos répteis”, já que ali predominavam jacarés e camaleões. Além da Ilha de Marajó, as ilhas vizinhas Mexina e Caviana constituiriam um verdadeiro “*El-Dorado phenomenal de jacarés*” (GOELDI, 1902, p. 393). Os animais coabitavam as paisagens junto ao gado e outras espécies, sobretudo nos *mondongos* e *aningaes*, parte sazonalmente alagadiça dos campos. No período de seca com o baixo nível das águas, era possível observar centenas de jacarés incrustados de lama seca ao sol (GOELDI, 1902, p. 393).

Do ponto de vista pastoril dos fazendeiros, as enchentes e os jacarés, sem se esquecer das piranhas, são classificados como “inimigos” dos criadores de gado na Ilha de Marajó. Segundo Vincent Chermont de Miranda (1907, p. 101), o jacaré-açu:

[...] exerce, cruéis estragos no gado, a praga no começo da secca é terrivelmente numerosa e de tal modo flagella os animaes, que o gado

miúdo algumas vezes não resiste às sugações, acompanhadas de noite de martyrisada insomnia.

De modo que o jacaré “[...] é nocivo ao criador não só pelos bezerros que come no inverno, como pela grande quantidade de peixe que consome no verão [...]”, segundo Chermont de Miranda (1894, p. 81). As enchentes nos terrenos baixos exigem o transporte dos animais para lugares mais altos, nas áreas de teso dos campos, onde os animais são transportados em marombas, como jiraus, que protegem o gado e conduzem alimentação como o capim e a canarana. Do ponto de vista dos criadores, segundo Chermont de Miranda (1894, p. 81): “[...] o jacaré não tem utilidade que possa compensar, ao menos em parte, os prejuízos que é culpado; [...] Os fazendeiros [têm] todo interesse em destruí-lo”.

Os fazendeiros contratavam os “arpoadores” (vaqueiros e moradores locais) para a caça aos jacarés-açus, estes eram vaqueiros e moradores locais que conheciam profundamente as paisagens para “vaquejarem” os animais (MARAJO, 1895). As práticas de lançar arpão também eram registradas na pesca de pirarucu na Ilha, quando era lançado de cima das canoas ou das margens das lagoas, buscando, além da predação do gado, o comércio de couro ativo que perduraria intensamente até o período da Segunda Guerra Mundial no século XX. Desse modo, as caçadas dos jacarés eram realizadas à *moda indígena* no período das cheias (SOARES, 1966).

Tais práticas e o ambiente técnico foram narrados por viajantes, entre eles, destaca-se o Barão de Marajó:

Os fazendeiros, para evitar os estragos que eles fazem no peixe dos lagos, e nas rezes, organisaram entre si uma matança de jacarés e reunidos 20 ou mais, dirigem-se ao lago que eles existem ou á superfície da agua ou amontoado nas hervas das beiradas. Os lados não oferecem grande profundidade de agua e eles entrando n’ella começam por matar meia dúzia d’elles com tiros das carabinas modernas, únicas capazes de perfurar a espessa pelle ou as rijas cabeças, ou com arpões e machados, o que os intimida, e então os vaqueiros entrando n’agua com varas, batendo n’ella, os vão levando deante de si até ao logar em que não havendo agua ficam em secco ou quase em secco; ahi com lanças e com golpes de machado nas cabeças ou laçando-os e puchando-os, os vão matando. Acontece que às vezes que algum, conhecendo o perigo que no ameaça, para fugir volta-se com os vaqueiros; estes abrem-lhe caminho ou o laçam, mas então eles tornam-se ferocíssimos.

É para admirar o desassombro com que o vaqueiro armado com machado, cujo cabo é curto, se põe em frente d’um monstro d’aquelles, que, abrindo a boca, oferece abertura de um metro e lhe rebenta a cabeça de um golpe que o atordoa, pois que o jacaré atacado pelo lado lançaria o vaqueiro por terra com uma pancada da cauda apanhando-o com a boca cujos dentes tem não menos cinco ou 6 centímetros de comprimento.

O facto de os jacarés, como se fôram gado, se retirarem fugindo aos vaqueiros é que deu logar a estes dizerem que vão fazer *uma vaquejada* de jacaré. (MARAJO, 1895, p. 311, grifo meu)

O cientista natural Alfred Wallace (2004), em sua estadia, teve a oportunidade de vivenciar e de narrar suas experiências sobre as caçadas. Em uma ocasião, ele foi convidado pelo administrador da ilha a acompanhá-lo em uma caçada, a qual descreve a aventura da seguinte forma:

Alguns negros entraram na água, levando compridas varas, com as quais empurravam os animais para o lado, onde outros os esperavam com arpões e laços. De quando em quando, um laço era jogado sobre as cabeças dos jacarés, ou, se algum já tivesse sido arpoado, outro laço era arremessado para prendê-lo, quer pela cabeça, quer pela cauda, e assim é fácil mente puxado para a praia, pelos esforços conjugados de dez ou de doze homens. Outro laço ainda é jogado, se assim for preciso, para ter o animal preso em ambas as extremidades. Na ocasião de ser arrastado para fora da água, um negro, armado de machado, cautelosamente dele se aproxima, e, com um golpe seguro corta-lhe a cauda, tornando completamente inútil a formidável defesa do bicho, e, desfechando-lhe logo outro golpe, sobre o pescoço, separa a cabeça do tronco. Este é assim deixado ali no chão. Em seguida, começa a perseguição a outro animal, que, pela mesma forma, dentro de pouco tempo, fica reduzido a idênticas condições. Acontecia, às vezes, romper-se o laço, ou o arpão desprender-se, e os negros tinham então que patinhar na água, no meio dos ferozes animais, de maneira horrivelmente arriscada. (WALLACE, 2004, p. 139)

O naturalista descreve minuciosamente o ambiente técnico da vaquejada com arpão, bem como os usos das carcaças da espécie:

Tinham aqueles bichos dez a dezoito pés de comprimento, alguns chegando mesmo a vinte, com enormes e disformes cabeças e horríveis fiadas de longas e aguçadas presas. Depois de muitos deles já se acharem em terra, uns mortos, outros ainda morrendo, foram em seguida abertos, para extrair-se-lhes a banha, acumulada em torno das entranhas, em grande quantidade, e que era retirada e colocada sobre os couros dos menores, couros esses tirados especialmente para tal propósito. Há outra espécie menor, aqui chamada “jacaretinga”, cuja carne é a preferida para se comer, sendo muito mais delicada do que a das espécies maiores. Após ter matado uns doze ou quinze jacarés, o administrador e os seus homens foram dali para outro lago, situado a curta distância, onde tais bichos ainda são encontrados em maior número, e, até ao escurecer, já haviam matado cerca de 50. No dia seguinte, foram mortos ainda mais uns 20 ou 30. 54 Em seguida, iniciou-se a extração da banha dos que foram mortos na véspera. (WALLACE, 2004, p. 140)

Nesse trecho, é possível observar a grande quantidade de animais abatidos em dois dias de caçada, mais de cem jacarés, inclusive, por volta do final do século, Goeldi (1902, p. 394) comentou que um fazendeiro havia eliminado mais de 2.000 indivíduos apenas em sua fazenda. Do animal morto eram extraídos a banha e o couro, sendo a banha utilizada para produção de óleo e o couro, segundo o próprio Wallace (2004), para fazer suportes para carregar a banha. Outro ponto é que com a pesca em larga escala de tartarugas e peixes-boi, foram abatidos os jacarés para se fazer o azeite, além de o óleo ser empregado na iluminação individual e das vilas e cidades que iam se erguendo (NUNES PEREIRA, 1956).

*A priori*, a fatura dessas espécies era explícita nessa região, grandes matanças de jacarés eram estimuladas no intuito de comercializar seu couro e sua carne, mas também para ajudar no controle desses répteis que ofereciam prejuízos aos fazendeiros, donos de gados capturados com frequência em suas fazendas pelos predadores. Para a devida proteção do gado, entre outros animais criados no Marajó, os fazendeiros levantavam currais para

abrigá-los nas épocas da cheia e proteger seus sustentos das inundações, dos jacarés e das cobras que aproveitavam a facilidade para atacar suas presas (PACHECO, 2009).

Segundo Pacheco e Cutrim (2014), no jornal *A Província do Pará* (1899), na “secção de ciência”, um artigo publicado apontaria para os jacarés como grandes niveladores dos rios da região, sendo um fator do aprofundamento dos lagos, como o é o pirarucu, bem como os outros peixes e aves ribeirinhas. Com a matança desordenada para o comércio e a proteção do gado, o número de jacarés reduziu consideravelmente a ponto de uma lei de proteção ter que ser implementada pelo governo para fins preservacionistas (PACHECO; CUTRIM, 2014), o que acabou mudando a vaquejada de jacarés, embora sendo realizada fortemente até o período da Segunda Guerra Mundial, quando houve a consolidação da indústria do couro em torno do comércio de peles dessa espécie, e a Ilha de Marajó passou a subsidiar significativamente a indústria nascente na cidade de Belém até o estabelecimento de leis a nível nacional.

Figura 3 – Matança de Jacarés em Marajó



Fonte: Pará (1908)

Figura 4 – Caçada de Jacarés na Ilha de Marajó – Cartão Postal



Fonte: Pará ([2015])

## 5 Simplificações Ecológicas e Proliferações Ferais

Ao buscar compreender os efeitos do Antropoceno na Amazônia marajoara, é fundamental entender as paisagens multiespécies ao longo do tempo, considerando a introdução das espécies alienígenas ao contexto colonial, nesse caso, a partir da atividade criatória de bois e de cavalos. Dessa forma, a abordagem buscou observar as múltiplas escalas e trajetórias emaranhadas na criação dessas paisagens ligadas às fazendas marajoaras. Segundo Tsing (2019), é possível contemplar o conceito como uma ferramenta analítica para situar e pensar as temporalidades e socialidades-mais-que-humanas constituídas em seus encontros, nesse caso, no planejamento colonial em torno do gado.

A noção de paisagem amplia o problema para além das relações entre humanos e animais ou plantas ao enfatizar os ambientes que são produzidos por essas relações em zonas naturais e culturais de coprodução (HARAWAY, 2008; TSING, 2019). Uma paisagem seria o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e abióticas, que remetem a padrões e registros de tais relações em uma temporalidade (INGOLD, 2000). Já a noção de multiespécies (KIRKSEY; HELMREICH, 2010) pretende problematizar os emaranhamentos entre espécies, microrganismos e materialidades que constituem esses ambientes: gado vacum e cavalos, sangue, carcaças, tecnologias, campos, cidades, fluídos corporais, rastros, vegetação, etc. Tais relações implicam múltiplas escalas e envolvem uma diversidade de fragmentos: tal como uma mistura de fazendas, e os campos seriam uma paisagem, mas também a pastagem, os insetos hematófagos, a doença infecciosa, e

o gado criam microecologias. O que leva a descrição das paisagens como emaranhados multiespecíficos dentro de uma dinâmica histórica multiescalar no Antropoceno (BALEÉ, 2013; KAWA, 2016; TSING, 2015).

Na Amazônia marajoara, por meio da primeira história apresentada, foi possível atentar para um ponto de emergência dessa época por meio da formação de paisagens e habitabilidades ligadas à trajetória do gado vacum e cavalari pelas instalações de fazendas ligadas a ordens religiosas e aos colonos. O gado vacum e cavalari passou a se proliferar pelos campos e matos, distanciando-se das fazendas e fugindo do controle reprodutivo, passando do estatuto de *mansos* para *asselvajados*, sendo centrais nas contendas sociopolíticas apresentadas que envolviam a gestão e a fiscalização do território colonial e das fazendas.

A partir disso, foi possível observar dois modos de relações ecológicas presentes nas histórias seguintes, envolvendo o mal de quebra-bunda e a vaquejada dos jacarés-açu: *simplificações ecológicas/modulares* e *proliferações ferais* (TSING, 2015; TSING; MATHEWS; BUBANDT, 2019), que estão enredadas como perturbações humanas e mais que humanas em distintas escalas. A emergência da peste estava ligada às proliferações ferais (incluindo espécies, microrganismos e materialidades) que fugiam ao controle humano ligado ao rebanho dos cavalos, além é claro da sua implicação no extermínio de outras espécies a mando dos fazendeiros e políticos, as quais eram atribuídas às causas e origens, a exemplo de milhares de capivaras que eram abatidas pela doença e habitavam os matos e locais considerados insalubres, de acordo com a visão de fazendeiros da época. É fundamental seguir a trajetória dessa doença fortemente ligada ao gado cavalari, que afeta outras espécies (selvagens ou silvestres) em diferentes escalas, como mencionado anteriormente, se quisermos entender as perturbações na infraestrutura colonial antropocênica, o que inclui olhar para a socialidade não humana, incluindo as relações envolvendo o mal de quebra-bunda emergente a partir do rebanho em formação.

Devido à multiplicação do gado cavalari, o gado vacum passou a entrar em relações de competição em pastos e fazendas nas visões dos fazendeiros, o que estimulou o seu abate e produziu milhares de carcaças por toda a Ilha, e isso estava associado à origem da doença pelos fazendeiros e políticos da época, além do impulso gerado pelo forte comércio de peles. Nesse contexto, emergem as teorias miasmáticas em torno de uma alteridade ameaçadora ligada ao envenenamento do ar, em que a queima dos campos era uma maneira de combater a atmosfera causadora de doenças pela decomposição das carcaças, embora a proliferação da doença permanecesse causando instabilidade na indústria pastoril marajoara e assustando criadores.

Já as simplificações ecológicas estiveram historicamente ligadas à conquista colonial, como argumenta Rosa Ficek (2019) em sua consideração sobre o complexo pecuário na América Latina, visto que tais projetos incluíam tornar a paisagem habitável para o gado diante outras espécies e ecologias locais, ao passo que se relacionava a incorporação e a exploração de comunidades indígenas por meio da captura para o trabalho. As simplificações se relacionavam à redução de seres vivos em uma área ao privilegiarem apenas um tipo dentro do projeto humano, nesse caso, notado no extermínio massivo de jacarés por meio da vaquejada, visto que essa espécie predava o gado vacum e cavalari, ocasionando prejuízos econômicos, além de serem vistos como uma constante ameaça à própria vida humana quando ficavam à espreita pelos campos. Desse modo, se o

jacaré se configura uma *praga* para a indústria pastoril marajoara, o gado e suas relações ecológicas também podem ser tomadas nessa perspectiva para as espécies locais que têm suas sobrevivências ameaçadas.

A presença massiva notada nos relatos de viajantes e naturalistas é substituída pelas grandes matanças executadas pelos arpoadores a mando dos grandes fazendeiros, fomentando a comercialização do seu couro e da sua carne. A consolidação desse complexo industrial em torno do gado promove esse extermínio para uma espécie que, ao longo do tempo, vai ganhando a proteção por parte de autoridades e políticos na medida em que se reduz a população local.

As simplificações ecológicas em larga escala na Ilha estão ligadas a proliferações ferais que acabam se espalhando e constituindo o mosaico da paisagem intrinsecamente relacionadas à dinâmica feral do gado na Amazônia marajoara de modo que constituem as próprias paisagens, não sendo possível pensar tais relações de modo separado. Nesse sentido, “ferais” é usado para indicar as relações multiespecíficas que perturbam infraestruturas coloniais e industriais. Tsing (2015) amplia o termo para destacar como seres vivos e não vivos, assim como foi destacado, podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera que configuram as infraestruturas.

Dessa forma, a circulação transnacional de patógenos e cavalos seria um ponto de partida fundamental para abordar os efeitos e as perturbações produzidas nas paisagens a partir dos processos de introdução, de dispersão e de adoção do rebanho de gado *vacum* e cavalos. Tais espécies relacionadas aos processos de colonização europeia das Américas oferecem um *catálogo de pragas, pestes e epidemias* (FICEK, 2019; TSING, 2015; TSING; MATHEWS; BUBANDT, 2019) que estão ligadas à destruição de nativos, humanos e não humanos.

## 6 Seguindo o Pacote Multiespécies do Gado

Foi possível notar as interações multiespecíficas envolvendo ecologias, caça e extermínio de animais, disseminação de uma peste, além das tentativas de tornar as paisagens áreas de habitação do rebanho, seguras e propícias, para a reprodução da atividade criatória na Amazônia marajoara. Enfatizou-se a dinâmica biossocial dos empreendimentos coloniais e capitalistas no Antropoceno e as ecologias mais-que-humanas da atividade criatória; as relações entre materialidades e organismos na conformação das paisagens marajoaras ligadas aos animais, as fazendas e aos campos.

Dessa forma, a introdução do gado *vacum* e cavalos nos campos marajoaras está relacionada a um “pacote de espécies” (BOIVIN, 2017) ou “pacote multiespecífico” do gado (VANDER VELDEN, 2020) que estava diretamente ligada a cavalos, artefatos, patógenos, técnicas, além de um conjunto de não humanos articulados em um modo de vida mais ou menos coerente e de funcionamento material-semiótico (HARAWAY, 2008). Esses aspectos chamam atenção para os fluxos de materiais e forças envolvidos nas paisagens, não somente por humanos, mas por não humanos como patógenos e jacarés que estavam relacionados à morte do gado e às dificuldades de consolidação da atividade criatória

na Ilha. A discussão busca chamar a atenção para a capacidade dos não humanos de responder às práticas humanas de maneiras diferentes daquelas pretendidas pelo *design* humano (TSING, 2019), nesse caso, o projeto de criação sistemática de animais.

É preciso pensar em ampla escala os entrelaçamentos históricos e ecológicos das paisagens na Amazônia marajoara que a longo prazo são *artefatos multiespecíficos*, produtos das ações milenares e conjuntas de grupos humanos e seres não humanos: animais, plantas, rios, fenômenos climáticos, microrganismos, agentes químicos, povos indígenas e não indígenas, entre muitos outros seres que devem ser levados em conta (VANDER VELDEN, 2020; VANDER VELDEN; SILVEIRA, 2021). Por fim, abordar essas paisagens por meio de suas histórias oferece um lembrete das múltiplas trajetórias emaranhadas na criação animal. As paisagens não são simplesmente o pano de fundo para a ação histórica de humanos ou mesmo animais, mas são ativas na coconstituição de mundos na Amazônia marajoara.

## Referências

- ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- BAENA, Antônio. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- BALÉE, William. **Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013.
- BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. Belém: UFPA, 1973.
- BARROSO, Antonio Emilio Vieira. **Marajó: Estudo etnográfico, geológico, histórico sobre a grandiosa ilha da foz do Amazonas**. [s.l.]: Companhia Editôra Americana, 1954.
- BOIVIN, Nicole. Human and human-mediated species dispersals through time: introduction and overview. *In*: BOIVIN, N.; CRASSARD, R.; PETRAGLIA, M. (ed.). **Humans dispersals and species movement: from prehistory to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 3-26.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: Four theses. **Critical Inquiry**, [s.l.], v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.
- CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- DIAS, Joel Santos. **“Confuso e intrincado labirinto”**: fronteira, território e poder na ilha grande de Joanes (séculos XVII e XVIII). 2016. 622f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- DERBY, Orville A. The artificial mounds of the island of Marajó, Brazil. **The American Naturalist**, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 224-229, 1879.
- DERBY, Orville A. A ilha de Marajó. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, [s.l.], 1898.
- FERREIRA PENNA, Domingos Soares. **Obras completas**. Vol. I. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. v. I.
- FERRÃO, Euzalina da Silva. **Vaqueiros, compadres, criadores de gado e transformações nos campos do Marajó**: relações sociais em mudança. 2016. 236f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

- FICEK, Rosa. Cattle, capital, colonization: tracking creatures of the Anthropocene in and out of human projects. **Current Anthropology**, [s.l.], v. 60, n. S20, p. S260-S271, 2019.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GOELDI, Emílio Augusto. Maravilhas da natureza: na Ilha de Marajó (Rio Amazonas). **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)**, [s.l.], p. 370-399, 1902.
- HARAWAY, Donna. **When species meet**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2008.
- HARRIS, Mark. **Life on the Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village**. New York: Oxford University Press, 2000.
- HERBETH, Fabrício. No país das carnes verdes: abastecimento, importação e os discursos de declínio da indústria pastoril marajoara no limiar do século XX. **Revista de Estudos Amazônicos**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 203-243, 2011.
- HEVIA, James. Surra and the emergence of Tropical Veterinary Medicine in Colonial Indian. In: HEVIA, James. (org.) **Animal Labor and Colonial Warfare**. Chicago: University of Chicago Press, 2018. p. 218-249.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. [s.l.]: Psychology Press, 2000.
- JANSEN, Geth. Contribuição ao estudo do mal de cadeiras na Ilha de Marajó. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 36, p. 347-362, 1941.
- KAWA, Nicholas. **Amazonia in the Anthropocene: people, soils, plants, forests**. Texas: University of Texas Press, 2016.
- KECK, Frédéric. **Avian reservoirs: virus hunters and birdwatchers in Chinese sentinel posts**. Durham: Duke University Press, 2020.
- KECK, Frédéric; KELLY, Ann H.; LYNTERIS, Christos. Introduction: the anthropology of epidemics. In: KELLY, Ann; KECK, Frédéric; LYNTERIS, Christos (org.). **The anthropology of epidemics**. London: Routledge, 2019. p. 1-24.
- KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.
- LACERDA, João Batista. **Pathogenesis Comparada: Peste de Cadeiras Ou Epizootia de Marajó, Suas Analogias Com o Beriberi**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Companhia, 1885.
- LE COINTE, Paul. O estado do Pará: a terra, a água e o ar: a fauna e a flora, mineraes. **Brasiliana**, [s.l.], 1945.
- LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o “núcleo subsidiário” de Marajó, 1850/1920. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 7, p. 59-89, 1996.
- LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruá: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.
- LUTZ, Adolph. Estudos e observações sobre o quebrabunda ou peste de cadeiras. In: BENCHIMOL, Jaime L.; SÁ, Magali Romero, (orgs.). **Adolpho Lutz: Viagens por terra de bichos e homens**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. v. 3. p. 83-100.
- MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazônicas, estudos chorographicos dos estados do Gran Para e Amazonas**. Lisboa: [s.n.], 1895.
- MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Glossario paraense**: ou, Collecção de vocabulos peculiares á Amazonia e especialmente á ilha do Marajó. Belém: Livraria maranhense, 1906.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Marajó**: estudos sobre seu solo, seus animaes e suas plantas, 1894.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Os campos de Marajó e a sua flora considerados sob o ponto de vista pastoril**. [S.l.: s.n.], 1907.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. **Marajó**: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- MOORE, Jason. **Capitalism in the web of life**: ecology and the accumulation of capital. London: Verso, 2015.
- NUNES PEREIRA, Manuel. **A ilha de Marajó**: estudo econômico-social. Rio de Janeiro: Divisão de Caças; Serviço de Informação Agrícola, 1956.
- PACHECO, Agenor Sarraf. **En el Corazón de la Amazonía**: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara. 2009. 356f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.
- PACHECO, Agenor Sarraf; CUTRIM, Haney Lemos. Marajoaras na Belle Époque: história, patrimônios e condições de vida. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 157-175, 2014.
- PARÁ. **Álbum do Estado do Pará (Governador 1901-1909: A. Montenegro)**. Paris: Chaponet, 1908.
- PARÁ. **Ilha de Marajó, Caçada de Jacarés – Cartão Postal antigo original**, n. 1, editado por Allemã, não circulado. [2015]. Mede 14x9 cm. Disponível em: <https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1282220&ctd=111>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**: sob o regime da escravidão. 2. ed. Brasília, DF; Belém: Ministério da Cultura; Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1988.
- SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Roceiros e “Vaqueiros” na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- SOARES, Lúcio de Castro. **Tipos e aspectos do Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 1966.
- TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World**: on the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2019.
- TSING, Anna; MATHEWS, Andrew; BUBANDT, Nils. Patchy Anthropocene: landscape structure, multispecies history, and the retooling of anthropology: an introduction to supplement 20. **Current Anthropology**, [s.l.], v. 60, n. S20, p. S186-S197, 2019.
- VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Multispecies Studies Cultivating Arts of Attentiveness. **Environmental Humanities**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 1-23, 2016.
- VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. O que anunciam os chifres dos bois? Artefatos multiespecíficos na expansão da pecuária no Brasil. **Anthropológicas**, [s.l.], v. 31, p. 67-104, 2020.
- VANDER VELDEN, Felipe; SILVEIRA, Flávio da. Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. **Revista Ñanduty**, [s.l.], v. 9, n. 13, p. 1-18, 2021.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Lisboa: Tipografia Régia Silviana, 1799.

WALLACE, Alfred. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

**Matheus Henrique Pereira da Silva**

Doutorando em Antropologia Social (PPGAS-UFSCar). Bolsista de Doutorado FAPESP, Processo: 2021/04496-7.

Endereço profissional: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas. Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos, SP. CEP: 13565-905.

*E-mail*: matheusk11@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7777-4675>

**Como referenciar este artigo:**

SILVA, Matheus Henrique Pereira da. Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e94144, p. 23-42, setembro de 2023.